

Clausewitz no Exército Brasileiro: o impacto das guerras e do profissionalismo militar (1889-1918)

Carla Cristina Wrbieta Ferezin

Carla Cristina Wrbieta Ferezin

é Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: carlaferezin@gmail.com

Resumo

Clausewitz é um ícone entre aqueles que se dedicam à pesquisa da guerra e da estratégia, considerado um dos principais formuladores do pensamento militar moderno. Suas ideias são lidas e repetidamente citadas desde pelo menos desde 1871, sobretudo no meio militar. No entanto, há um hiato na literatura quanto à leitura desse autor, entre os militares brasileiros. Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa é compreender como se deu a recepção e a circulação das concepções de Clausewitz, no Brasil, principalmente, mas não exclusivamente, entre os militares pertencentes ao Exército brasileiro, entre os anos de 1889 a 1918, período este em que os oficiais buscavam pela profissionalização, modernização e reestruturação da instituição, sob inspiração da Alemanha. Nessa direção, selecionamos um recorte temporal que nos permitiu investigar se as conjunturas de guerra (interna e externa) e o processo de profissionalização militar impactaram a leitura de Clausewitz, no Brasil. O processo de pesquisa sobre a recepção e a circulação de Clausewitz, em nosso país, se deu através da análise de uma série de artigos publicados em periódico militar, *A Defesa Nacional*, e em diversos jornais da época, os quais concediam seções para tratar sobre temáticas militares. De vertente qualitativa, balizada nos métodos de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e na metodologia de análise do conteúdo, alcançamos a compreensão de que a leitura da teoria clausewitziana no Brasil, entre os anos de 1889 a 1918, é marcada pelos contextos de guerras, interna e externa, com diversas menções ao general prussiano como o teórico da guerra imoral, sanguinária e sem limites. Contudo, leituras menos negativas também tiveram espaço, com três nuances: voltadas para destacar a superioridade técnico-militar da Alemanha e, assim, trazer para o Brasil uma missão militar alemã para profissionalizar e modernizar o Exército; preocupadas em compreender as ideias clausewitzianas e sua importância para a arte da guerra; e interessadas no emprego da teoria clausewitziana no campo de batalha de uma guerra civil.

Palavras-chave

Clausewitz. Exército brasileiro. Profissionalização Militar. Exército Alemão.

Abstract

Clausewitz is an icon among those who are engaged in research war strategy, considered one of the main makers of modern military thinking. His ideas have been read and repeatedly quoted at least since 1871, especially in the military means. However, there is a hiatus in the literature regarding the reading of this author among the Brazilian military. In this sense, the aim of this research is to understand the reception and circulation of Clausewitz conceptions in Brazil, mainly, but not exclusively, between soldiers belonging to the Brazilian Army between 1889 and 1918, such period that the prosecutors have

Clausewitz no Exército Brasileiro: o impacto das guerras e do profissionalismo militar (1889-1918)

Carla Cristina Wrbieta Ferezin

been searching for professionalization, modernization and restructuring of the institution, under instructions from Germany. In this direction, we selected a temporal clipping that allowed us to investigate if the war conjunctures (internal and external) and the process of military professionalization that impacted the Clausewitz reading in Brazil. The research process on the reception and circulation of Clausewitz in Brazil was made through the analysis of a series of articles published in a military journal, *A Defesa Nacional*, and in several contemporary periodicals that grant sessions to discuss military topics. From a qualitative perspective, based on methods of bibliographical research, documentary research and content analysis methodology, we reach the understanding that the reception and circulation of the clausewitzian theory in Brazil between the years 1889 to 1918 is marked by the contexts of wars, internal and external, with several mentions to the Prussian general as the theoretician of the immoral war, bloodless and without limits. However, less negative readings also had space, with three nuances: aimed at highlighting the military-technical superiority of Germany and so bring to Brazil a German military mission to professionalize and modernize the Army; concerned with understanding clausewitzian ideas and their importance for the art of war and the said use of the clausewitzian theory on the battlefield of a civil war.

Keywords

Clausewitz. Brazilian Army. Military Professionalization. German Army

Introdução¹

Carl von Clausewitz é o responsável por formular as primeiras reflexões sobre a guerra como um instrumento da política de Estado, com base nas suas experiências com as batalhas da Revolução Francesa (1789-1799) e da observação crítica das campanhas empreendidas por Napoleão Bonaparte. Com as vitórias da Prússia sobre a Áustria (1866) e também sobre a França (1870-1871), as ideias de Clausewitz passaram a repercutir em diversos países. Distintas conjunturas de guerras determinaram a disseminação da teoria clausewitziana, entre militares e intelectuais, o que proporcionou, a cada marco da história da guerra, novas leituras sobre a teoria clausewitziana, principalmente, sobre sua obra maior, *Da Guerra* (1832). Levantamos a hipótese de que os leitores brasileiros, assim como os estrangeiros, podem ter desconsiderado o contexto de produção de *Da Guerra* e lançado percepções e anseios próprios de seu contexto sobre a teoria clausewitziana, levando a mal-entendidos na recepção e circulação de suas concepções, como destacou Bourdieu (2002), no estudo realizado sobre a recepção e a circulação de ideias internacionais.

Nos anos de 1889 a 1918, período de guerra mundial, de guerra civil, de transformações na estrutura política, social e econômica do Brasil, de profissionalização, modernização e reorganização do Exército brasileiro, com inspiração no Exército da Alemanha, como Clausewitz teria sido lido? Qual conceito do prussiano seria mais citado? Conjunturas de guerras seriam expressivas para os leitores de Clausewitz? Civis estiveram interessados na teoria prussiana, nessa época?

Com o objetivo de compreender como se deu a recepção e a circulação da teoria clausewitziana no Exército brasileiro, buscou-se a leitura de Clausewitz em dois *corpora* de pesquisa: textos publicados no periódico militar *A Defesa Nacional* e em jornais da época, especialmente os que cediam espaço para seções de temáticas militares. De vertente qualitativa e de natureza exploratória, a pesquisa é delineada, basicamente, por pesquisa bibliográfica e documental, utilizando a análise de conteúdo como procedimento metodológico.

Feita a introdução, traçar-se-á a trajetória do general prussiano, destacando-se o contexto de produção de sua teoria e as ideias centrais de *Da Guerra*.

Trajatória profissional e intelectual de Clausewitz: o contexto de criação da obra *Da Guerra*²

Clausewitz, filho de um tenente da reserva que exercia função secundária no serviço de fazenda prussiano, ainda com 12 anos de idade, no ano de 1793, teve sua primeira experiência com a guerra. Em 1792, a Assembleia Legislativa da França tinha declarado guerra à Áustria, com quem a Prússia tinha ratificado uma aliança defensiva. Tal guerra entre a França e demais países europeus durou 23 anos, na qual os prussianos tiveram bom desempenho, se considerado que usaram apenas parte de seus recursos militares.

Vitórias à parte, a Prússia não teve qualquer retorno político com a guerra, mas causou grande impressão em Clausewitz, o que se pode constatar através de seus escritos relatando o impacto causado em suas emoções e espírito.

157

Com o crescente interesse pela educação e pelo conhecimento, Clausewitz foi admitido, em 1801, na Nova Escola de Guerra que Scharnhorst havia recém-organizado, em Berlim. No ano de 1803, formou-se como o primeiro da turma e recebeu o cargo de assistente de um jovem príncipe, filho de seu comandante anterior, o príncipe Ferdinando. Sua nova posição permitiu-lhe não só continuar na capital como também manter relação mais íntima com Scharnhorst, personagem ímpar na evolução das ideias de Clausewitz e também nas reformas militares promovidas na Prússia, nesse tempo.

Um dos maiores desafios dos soldados prussianos, naquela época, era se adequar intelectualmente e institucionalmente à nova configuração de guerra estabelecida pelos franceses. Napoleão Bonaparte empregava uma nova técnica que chocava pelo “brilhantismo” e pela “crueldade” (PARET, 1984, p. 9). Era particularmente difícil para os prussianos compreender tal sistema, “que reunia os dons de um indivíduo excepcional e as realizações sociais, administrativas e psicológicas da Revolução, que eram necessariamente estranhas para eles” (PARET, 1984, p. 9-10). No mais, era particularmente complexo para teóricos de qualquer nacionalidade compreenderem a estratégia e a tática de Napoleão como um fenômeno histórico, inevitavelmente sujeito a transformações, e não como um evento definitivo, “um padrão de excelência permanente para as guerras passadas, presentes e futuras” (PARET, 1984, p. 10).

Clausewitz esteve dedicado à sua profissão até 1816, período em que trabalhou com Scharnhorst, serviu o Exército russo (abandonou o Exército prussiano, por este ter sido obrigado a fornecer um destacamento para o exército que Napoleão estava construindo, a fim de atacar a Rússia) e participou de combates contra a França, de 1812 a 1816. Nos anos precedentes, não deixou de dedicar tempo a sua carreira intelectual, sendo que não só consolidou seu método de análise como também concebeu conceitos centrais de sua teoria, por exemplo, a fricção, mais ou menos entre os anos de 1806 e 1812. Nos primeiros anos de paz, após o intervalo das derradeiras campanhas contra Napoleão, Clausewitz passou a dedicar ainda mais tempo ao trabalho teórico: *Princípios da Guerra* (1812), *Campanha de 1812 na Rússia* (iniciado em 1814 e concluído em 1824) e *Campanha de 1815 na França* (finalizado em 1827).

No ano de 1819, o general Carl von Clausewitz começou a redigir sua mais importante obra, *Vom Kriege (Da Guerra)*, livro que eternizaria o pensador como notável teórico da guerra e estrategista militar. Sem o desígnio de resumir a teoria clausewitziana, pontuamos, em linhas gerais, os conceitos contidos em *Da Guerra* e que consagraram Clausewitz como um dos principais pensadores da guerra, política e estratégia:

- i. “A guerra é uma continuação das relações políticas de Estado realizada com outros meios”, conceito que expressa a centralidade da política nas guerras e também o imperativo da subordinação militar à política.
- ii. Dupla natureza da guerra, distinção entre guerra absoluta e guerra real, ressaltando-se o caráter irreal e ideal do primeiro tipo de guerra e a inserção da política como elemento central para a compreensão das guerras reais.³
- iii. Relativismo histórico, indicando que cada período tem o seu próprio tipo de guerra e as circunstâncias restritivas adequadas à conjuntura histórica.

iv. Trindade da guerra, conceito formado por três tendências predominantes, as quais agem como forças no interior de todas as guerras já empreendidas: a violência, que funciona como o impulso para a luta contra o inimigo; o jogo do acaso e da probabilidade, que permeia os combates e faz da guerra um fenômeno imprevisível e incalculável; e o elemento de subordinação, afinal, a guerra é apenas um mero instrumento da política, através do Estado, para alcançar determinados propósitos.

158

No mês de novembro de 1831, Clausewitz faleceu de cólera, aos 51 anos de idade. Logo, *Da Guerra* é um livro inacabado, o qual veio a ser publicado em 1832, por iniciativa da esposa de Clausewitz, Marie von Brühl, considerada sua primeira leitora. O estado final da teoria clausewitziana, com destaque para a proeminência da política na guerra, se deu nos seus últimos anos de sua vida, entre 1827 e 1830 (ARON, 1986a).⁴ Na *Nota* datada de 1827, Clausewitz (1979) relatou o seu anseio em revisar a obra que iniciara alguns anos atrás, destacando sua tese central de que a guerra é a continuação da política por outros meios.

Clausewitz não pôde, no entanto, revisar todo o seu livro com a ideia de que “a guerra é a continuação da política por outros meios”; somente o capítulo 1 do Livro I (e, quiçá, o Livro VIII) pode ser considerado definitivo quanto ao pensamento conclusivo do prussiano (ARON, 1986a).

No decorrer do tempo, *Da Guerra* circulou com veemência e as concepções clausewitzianas mais empregadas e o “julgamento” sobre elas variaram, notadamente em razão dos contextos de guerra. Da década de 1890 a década de 1910, o conceito de “guerra absoluta” levou Clausewitz a ser constantemente citado como o teórico fundador da ideia de uma guerra sem limites e de aniquilação do inimigo, sobretudo devido às leituras e interpretações disseminadas por célebres estudiosos e estrategistas da I Guerra Mundial, como Moltke (alemão), Foch (francês) e Liddell Hart (britânico) (HOWARD, 1986b). Isso não quer dizer que esse era o único tipo de leitura sobre Clausewitz, mas sim o que teve mais preponderância, especialmente entre os militares e civis envolvidos com a guerra. No Brasil, de 1889 a 1918, a leitura de Clausewitz tendeu para uma dessas visões, ou tem uma dinâmica própria? Com efeito, para compreender a recepção de Clausewitz, no Brasil, é necessário considerar o contexto no qual essas ideias circularam, já que, como enfatizou Bourdieu (2002), um dos potenciais geradores de mal-entendidos no processo de recepção e circulação de ideias internacionais está relacionado ao fato de os textos circularem fora do seu contexto, “do qual eles são o produto”, e os receptores, inseridos em um contexto distinto, o reinterpretarem em razão “da estrutura de seu campo de recepção” (BOURDIEU, 2002, p. 3). Isso posto, é possível dizer que “o sentido e a função de uma obra estrangeira” são determinados tanto por seu “campo original”, quase sempre “ignorado”, quanto por seu novo “campo de recepção” (BOURDIEU, 2002, p. 3). Nessa direção, cabe delinear o contexto de recepção das ideias de Clausewitz, no Brasil, destacando a conjuntura vivida pelo Exército, no período de 1889 a 1918.

O profissionalismo militar no Brasil: da conciliação com o Exército alemão para reformar o Exército brasileiro

Desde 1831, o Império passou a impor restrições à Força Terrestre, e uma das primeiras determinações veio com a reorganização que reduziu o seu efetivo e seu orçamento de manutenção. Nesse mesmo ano, é permitida por lei a instituição da Guarda Nacional. Indicada como força auxiliar do Exército, a Guarda Nacional teria como função “defender a Constituição, a liberdade, a independência e a integridade da Nação” (NOGUEIRA,

1977, p. 80). Na prática, a Guarda Nacional nada mais era do que o “exército pessoal” do latifundiário, instrumento criado para conservar a ordem, o poder e, não menos importante, tutelar as suas propriedades. O papel do Exército como instituição autônoma e nacional era secundário, ainda mais se também se levar em consideração que o Império tinha prioridade em organizar a Marinha, “pois as ligações com as províncias se faziam por via marítima, e o problema essencial era levar o exercício da autoridade central a todo o território” (NOGUEIRA, 1977, p. 82).

159

O desmonte do Exército era endossado pelos discursos antimilitaristas promovidos pela elite política imperial e pelo estereótipo negativo que tinha junto à população, em especial pelas experiências com o serviço militar, como, por exemplo: o tipo violento de recrutamento promovido, o tratamento cruel com o recruta, o tempo longo de serviço e o atraso no pagamento dos soldos (COELHO, 2000).

Transformações vieram com a Guerra do Paraguai (1865-1869), já que, para combater o inimigo externo, era imprescindível ter um instrumento militar poderoso. Nos tempos de guerra, os vastos recursos governamentais destinados ao Ministério da Guerra proporcionaram, sobretudo, a expansão do número de homens nas fileiras do Exército. Contudo, com o término da guerra, os investimentos declinaram e a Força Terrestre é novamente desmobilizada (TREVISAN, 2011).

Se, nos anos de guerra, o Exército teve seu tempo de “honra e glória” com a elite política e a sociedade civil, não tardou para que o “romance” tivesse um desenlace infeliz para a Força Terrestre. Logo após o término da Guerra do Paraguai, os homens da caserna tiveram que lidar também com a redução de seu soldo e com o gradativo insulamento imposto pelo Império. Se almejavam reconhecimento e admiração pelos heroísmos de guerra, certamente não o tiveram, gerando-se um poderoso elemento de contestação da legitimidade do Império entre uma parcela de militares do Exército.

No panorama de resistência à conjuntura de isolamento e desmobilização, o desejo de modernização dos quadros da Força levou à concepção de dois campos que passaram a disputar um projeto hegemônico para a instituição: de um lado, o “técnico-profissional” e, de outro, o “filosófico-político”. No primeiro deles, temos os militares mais interessados nas questões organizacionais, técnico-militares e na profissionalização, contudo, não deixavam de levantar críticas ao Império, por não reconhecer o seu valor, a sua luta e glória, durante a Guerra do Paraguai, e por não investir na defesa do país. Já o segundo, ligado ao positivismo, prezava por um tipo de soldado que não era exclusivamente o profissional, mas um cidadão com sólida educação científica, não só para conhecer os deveres militares, mas principalmente os sociais.⁵

No corpo docente da Escola Militar da Praia Vermelha, Benjamin Constant Botelho de Guimarães disseminava os princípios do positivismo no Exército. Mais distante do positivismo de Constant, o marechal Deodoro da Fonseca, um representante da vertente “técnico-profissional, passou a ter maior notoriedade dentro do Exército, após seu envolvimento na Questão Militar. Como Deodoro, Constant também se envolveu nos atos políticos da Questão Militar; assim, a proteção da “instituição Exército” impulsionou para o mesmo lado esses dois personagens que divergiam completamente quanto ao arquétipo de Exército que pretendiam implementar (TREVISAN, 2011).

Unidos pela honra do Exército, “científicos” e “tarimbeiros” promoveram a queda do Império e instalaram a República no Brasil, no ano de 1889, sob a inspiração intelectual

de Benjamin Constant e a liderança do marechal Deodoro da Fonseca. Os militares proclamaram a República e passaram ao controle da Nação, imbuídos da concepção de “guardiões da República”. Nos primeiros anos da República, é esse ideal, com base nas concepções positivistas, que conduziu a instrução e a atuação dos militares. Todavia, a experiência trazida por Canudos, a tentativa das oligarquias agrárias de distanciar os militares da política e a tensão na Europa, que produziria a I Guerra Mundial, direcionariam cada vez mais o Exército ao imperativo de modernização de seus quadros e de suas armas, de profissionalização e de uma educação prática. Isso não quer dizer que a busca por esses elementos não levasse à política, já que, para alcançá-los, diziam os militares, era necessário ter uma Nação forte, moderna e industrializada.

Um dos pilares para concretizar a despolitização dos militares do Exército seria transformar o ensino militar, minimizando o ensino teórico, baseado no positivismo, e maximizando o ensino das práticas militares. Logo, não é por acaso que os diversos ministros da Guerra, desde o primeiro governo civil republicano, tinham a reforma do ensino militar como prioritária para seus projetos de reorganização da instituição. Mas, além de um novo ensino, outras questões deveriam ser consideradas, para que os militares pudessem ser direcionados para a profissionalização: modernização da estrutura da instituição, armamentos adequados à época e expansão do efetivo. Como desde o Império o Exército recebia poucos recursos e não podia investir na prática militar, que demandava custos elevados, não é surpreendente que o ensino mais teórico tivesse alcançado êxito.

Nos anos de 1880 e 1890, o positivismo se consolidou na Escola Militar da Praia Vermelha e constituiu a base do novo regulamento para a educação militar do Exército, proposto por Constant, em 1890, quando passou a liderar, por poucos meses, devido ao seu desentendimento com o presidente Deodoro, o Ministério da Guerra. Com o Decreto nº 330, Constant divulgou o novo regulamento que deveria reorganizar o ensino militar, tornando-o adequado aos novos tempos. Neste, seria imprescindível dotar o soldado de uma educação mais científica e também humanista, conscientizadora de seu papel como “cidadão armado”.

Com o desempenho “pouco profissional” do Exército no sertão baiano para debelar a Guerra de Canudos (1896-1897), a responsabilidade pelo insucesso prontamente recaiu sobre o ensino positivista, que seus críticos diziam servir para educar escritores, burocratas, políticos ou bacharéis (CARVALHO, 2006), mas não militares competentes (McCANN, 2007). Mais um passo era dado para que os militares se distanciassem da política, da ideia do “cidadão armado” de Constant, dos ideais republicanos e liberais dos florianistas, e se preocupassem exclusivamente com as práticas militares.

Nesse contexto, o ministro da Guerra, entre os anos de 1898 a 1902, no governo de Campos Sales, marechal João Nepomuceno de Medeiros Mallet, propôs uma nova reforma para o ensino militar, disposta no Regulamento de 1898. Nos quatro anos em que permaneceu no cargo, Mallet interveio contra o ensino teórico, sendo o responsável pela criação das Escolas Preparatórias e de Tática, uma no Rio de Janeiro e outra no Rio Grande do Sul, com o objetivo de “ministrar exclusivamente instrução prática ao futuro oficial” (TREVISAN, 2011, p. 109). Os cortes de despesa realizados no governo de Campos Sales impediram ações que pudessem desestruturar o predomínio de uma instrução teórica e avançar nos princípios profissionalizantes.

O sucessor de Mallet, Francisco de Paula Argolo, ministro da Guerra entre os anos de 1902 a 1906, no governo de Francisco de Paula Rodrigues Alves, concentrou sua atenção

e trabalho na educação militar, pois, a seu ver, o sistema educacional militar brasileiro era inábil em metamorfosear civis em oficiais. Cabe destacar que, nesse ínterim, mais precisamente no ano de 1904, a revolta da Escola Militar da Praia Vermelha demonstrou que o temido envolvimento dos militares na política ainda era um fenômeno possível. Visando a coibir esse tipo de ação, além do encerramento das atividades na Escola, ainda em 1904, uma nova reforma, no ano de 1905, investiu na fundação de novas instituições e redistribuição de cursos, resultando na descentralização da educação militar, antes restrita à capital, e alcançando o intento de distanciar os militares dos turbulentos protestos políticos na cidade do Rio de Janeiro (MARCUSO, 2012). Com o Regulamento de 1905, o ensino das práticas militares deu um impulso e incentivou a concepção de um novo tipo de soldado: o profissional, o técnico, o apolítico (TREVISAN, 2011). Como consequência dessa reforma, o Exército passaria a requisitar mais capacitação técnico-militar de seus quadros, concedendo aos oficiais a possibilidade de buscá-las no exterior.

Com o Ministério da Guerra sob o comando do marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, entre os anos de 1906 e 1909, no governo de Afonso Augusto Moreira Pena, a ideia de profissionalização e modernização do Exército obteve mais expressividade. Hermes da Fonseca buscou modernizar a estrutura da instituição, por meio da lei do sorteio militar e da realização de manobras militares, contudo, José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco, sob a concepção de que o Brasil só poderia projetar sua importância entre os países internacionais se tivesse uma Força Armada eficaz (TREVISAN, 2011), promoveu a ação de maior impacto no treinamento de oficiais e também na direção da profissionalização: o envio de jovens para capacitação no Exército alemão (CARVALHO, 2006).

O primeiro contato de oficiais brasileiros com alemães para tratar de uma possível instrução militar ocorreu no ano de 1906, quando jovens militares brasileiros viajaram para a Alemanha, a fim de observar e aprender com aquele Exército que, desde a vitória sobre a França, em 1870, era tido como o mais poderoso do mundo, intensificando o clamor pelo profissionalismo militar na Força Terrestre brasileira. De 1908 a 1909, um segundo grupo de oficiais embarcou para servir nos regimentos alemães, e essa excursão estreitou ainda mais a relação entre os dois países, sendo que um contrato se firmou entre a *Krupp* e o governo brasileiro, para que aquela fosse a fornecedora de artilharia do país. Já em 1910, um terceiro grupo brasileiro composto de dezesseis oficiais chegou à Alemanha – conhecido posteriormente como os Jovens Turcos – constituindo os fundadores da revista *A Defesa Nacional*.⁶ Cada uma das três turmas enviadas à Alemanha permaneceu dois anos em treinamento (CARVALHO, 2006).

Os oficiais brasileiros enviados para a Alemanha conheceram um tipo de Exército, com intensa noção de hierarquia, disciplina e com sólida prática militar, elementos que o governo buscava implementar no Exército brasileiro, de sorte a conter o ativismo político dos militares. Na volta da última turma para o Brasil, no ano de 1912, discutia-se entre os oficiais-estagiários a melhor forma de se aproveitar esse aprendizado e repassá-lo para os militares brasileiros. Uma das primeiras decisões foi pela tradução para o português dos principais exercícios e regulamentos alemães, com intuito de oferecê-los ao Estado-Maior do Exército, para que pudesse transmitir e ensaiar as tropas brasileiras (TREVISAN, 2011). O estabelecimento de um padrão militar prussiano seria a “patriótica obsessão” dos Jovens Turcos, como relatou Leitão de Carvalho, em *Memórias de um Soldado Legalista* (CARVALHO, 1961, p. 123).

Samuel Huntington (1996) indica que a gênese do profissionalismo militar ocorreu na Europa, em especial, na Prússia, devido à especialização tecnológica, nacionalismo competitivo, choque entre democracia e aristocracia, e o fator determinante, a presença de uma única autoridade legítima e estável. Não menos importante, no legado do profissionalismo militar prussiano, Huntington (1996) sublinha a importância da teoria de Carl von Clausewitz. A seu ver, Clausewitz trouxe uma nova perspectiva sobre a guerra, distinta da teoria predominante no século XVIII, baseada na concepção de “guerrear como um ofício mal definido e o general como um gênio natural”. Buscando um nível superior de análise, o general prussiano tratou da “natureza inerente da guerra e das relações da guerra com outras formas da atividade humana.” (HUNTINGTON, 1996, p. 74). Não obstante Clausewitz estar inserido em uma corrente intelectual da época, com diversos outros escritores militares de mesma vertente teórica, seu trabalho se destacou por não expressar, por meio de generalidades, as transformações que estavam se processando na natureza da guerra (HUNTINGTON, 1996).

162

O elemento mais importante na teoria de Clausewitz, para Huntington (1996), é o conceito de dupla natureza da guerra, demonstrando que “a guerra é ao mesmo tempo, uma ciência autônoma, com métodos e objetivos próprios, e condicionada na medida em que seus supremos propósitos vêm de fora”, expressando um conceito verdadeiramente profissional de guerra, ao aliar princípios de qualquer profissão, isto é, “a delimitação de uma particular disciplina, independente de outra atividade e de outro pensamento humanos e o reconhecimento dos limites dessa disciplina dentro da estrutura total da atividade e dos fins humanos” (HUNTINGTON, 1996, p. 74-75). Dada a centralidade de Clausewitz para o profissionalismo militar na Prússia, seria ele um pensador importante a transmitir para os oficiais brasileiros?

Uma das formas de também disseminar o conhecimento adquirido junto ao Exército alemão era publicá-lo em periódicos. Nesse contexto, ainda em 1913, é lançada a revista *A Defesa Nacional*.⁷ Mário Clementino de Carvalho, um dos entusiastas da causa dos Turcos, propôs o título da revista; já o seu formato, inspirado no periódico alemão *Militär Wochenblatt*, proveio de um dos ex-estagiários do Exército alemão e um dos mais envolvidos com a propagação das técnicas militares alemãs no Brasil, Bertoldo Klinger (LUNA, 2011).

O conhecimento técnico adquirido pelos oficiais na Alemanha era divulgado n’*A Defesa Nacional*, além disso, eram traduzidos os regulamentos do Exército alemão, seu sistema de treinamento, seus métodos e suas tradições.⁸ Nas páginas da revista, era comum encontrar a publicação de matérias que exaltavam o Exército prussiano e as batalhas que tinha travado. Inclusive, eram corriqueiras as menções a escritores e militares alemães renomados, tais como Frederico, o Grande, Gerhard von Scharnhorst, August Neidhardt von Gneisenau e Moltke. Não menos importante era a publicação de artigos em prol da vinda de uma missão militar de instrução, a fim de que pudesse reestruturar o Exército. Dentre os militares reformistas alemães constantemente citados no periódico, estava Carl von Clausewitz.

Marcado pelas novas experiências trazidas pelos oficiais que haviam estagiado na Alemanha, o Exército elaborou um novo Regulamento para reformar o ensino militar. A nova reforma, do ano de 1913, atuou com ainda mais vigor do que as outras reformas (1898 e 1905) contra o ensino teórico. O conjunto de disciplinas que não adicionavam as práticas militares, principalmente as matemáticas, tiveram seu tempo de duração nos cursos sumariamente diminuído (TREVISAN, 2011).

Entretanto, além da reforma do ensino militar, outras temáticas consideradas imprescindíveis pelos Jovens Turcos para a reforma do Exército brasileiro eram constantemente debatidas no periódico *A Defesa Nacional*: serviço militar obrigatório, vital para a expansão física da instituição; necessidade da implantação da indústria siderúrgica, pois o país não estaria preparado para sua defesa externa, se não tivesse meios de produzir seus próprios armamentos; mudança das condições socioeconômicas e políticas do Brasil, porque o Exército “ideal” era incompatível com o tipo de sociedade e sistema econômico vigente. Logo, transformações deveriam ser empreendidas, não só no Exército, mas no Brasil.⁹

163

Com os ensinamentos advindos da I Guerra Mundial, era mais uma vez evidenciado o imperativo de se ter um ensino mais voltado às práticas profissionais e menos teórico. Nesse cenário, é por volta de 1918 que diversos editoriais da revista *A Defesa Nacional* passaram a ressaltar a necessidade de “novas reformas” no ensino militar, porém, reformas mais voltadas para a ação prática (MARCUSO, 2012). Com isso, a reforma de 1918, como as suas predecessoras, também combateu a preponderância da teoria sobre a prática.

Não obstante os insucessos militares da Alemanha, na I Guerra Mundial, sua inspiração sobre o Exército não se dissipou imediatamente. Trevisan (2011) indica que a reforma de 1918, de inspiração alemã, incidiu sobre a “subordinação didática de todo o ensino militar ao Estado-Maior do Exército” e igualmente sobre a “exigência de concurso para a função de instrução” (TREVISAN, 2011, p. 134-135). O concurso para instrutores, em novembro de 1918, teve ampla participação dos ex-estagiários do Exército alemão e seus discípulos mais próximos. Nesse contexto, tem origem a Missão Indígena, a primeira turma de instrutores concursados da Escola Militar, grupo que dominaria a instrução militar na Escola Militar do Realengo, entre os anos de 1919 a 1922, mesmo com a vinda da Missão Militar Francesa, no ano de 1920.¹⁰

Sucintamente, procurou-se abordar os dilemas do Exército brasileiro, de seus anseios por reconhecimento no Império, os problemas da profissionalização e distanciamento da política. Nessa etapa, a preocupação com a modernização da Força Terrestre conduziu à busca de ensinamentos nos países europeus com maior tradição militar, com destaque para a Alemanha. Com isso, conjectura-se ter propiciado o contexto mais geral para a investigação da recepção e circulação das ideias de Clausewitz, no Exército brasileiro, tema ao qual nos dedicaremos, nos tópicos subsequentes, analisando as referências feitas à teoria clausewitziana em jornais brasileiros e n’*A Defesa Nacional*, entre os anos de 1889 a 1918. Os artigos estão dispostos em temáticas/conjunturas, nas quais os leitores brasileiros utilizaram o general prussiano e/ou suas concepções.

Da profissionalização e modernização do Exército brasileiro

No contexto de profissionalização, modernização e reorganização do Exército, variados textos, dispostos nos jornais e também n’*A Defesa Nacional*, citaram ideias do general prussiano, para discutir temas relacionados à Força Terrestre e sua reestruturação. No artigo “Marinha”, publicado no dia 24 de maio de 1899, pelo jornal *A Imprensa*, é debatida a necessidade de modernização das Forças Armadas. No entanto, dizia o texto, o Brasil ia na direção contrária e não investia o mínimo necessário na renovação, ou conservação, de seus quadros. Clausewitz é trazido para demonstrar quais eram os princípios reconhecidos e usados pelos países que se preparavam para lidar com qualquer tipo de guerra:

Concluindo este artigo, vamos citar, para ver se assim despertamos de seu letargio criminoso nossos governos que, confiantes em verdadeiras utopias, desarmam o país, vendendo suas melhores máquinas de guerra, e acabando com suas bases de operações, e, o que mais é, quando se armam até os dentes nossos adversários prováveis, vamos citar, dizemos, os princípios aceitos e seguidos pelas potências em geral e que se acham consignados na obra de Clausewitz — *Direito das Gentes na Guerra*, e na *Nação armada* de Von der Goltz.

Diz Clausewitz: O direito das gentes não é para os militares senão uma restrição insignificante do fim do direito da guerra.

Toda ideia de filantropia na guerra é um erro dos mais perniciosos. Aquele que emprega a força física em toda sua extensão, sem poupar sangue, adquirirá sempre preponderância sobre seu adversário que não agir do mesmo modo e lhe ditará a lei.

A guerra é um ato de violência para cujo emprego não há limites.

E Von der Goltz diz: É preciso detestar a guerra, mas detestando-a, não deixa de ser ela o interesse supremo das nações.

Em nossa época de ciência e descobertas, o mestre da arte da guerra é também o mais forte no comércio e mais rico na indústria. (A IMPRENSA, 1899, p. 2).

Direito das Gentes na Guerra é indicada como a obra de Clausewitz na qual as potências buscavam seus princípios norteadores, no processo de modernização de suas armas, isto é, o general prussiano seria o mentor dos países, inclusive de possíveis adversários, os quais procuravam “se armar até os dentes”, levando em consideração a ideia de que “a guerra é um ato de violência para cujo emprego não há limites”. Todavia, os excertos utilizados são encontrados no livro mais notório do general prussiano, *Da Guerra*. Mais interessante é observar Clausewitz já circular como o teórico da guerra violenta, sem limites e sem benevolência, leitura vista com mais constância no período da I Guerra, não só no Brasil. Contudo, o artigo não representa uma crítica a Clausewitz e suas ideias, uma tendência notável nos anos posteriores.

No texto “Sobre a Escola de Saumur”, publicado no dia 6 de novembro de 1913, no jornal *O Paiz*, o major Liberato Bitencourt criticava determinados brasileiros, denominando-os “germanófilos”, por disseminarem ideias e ideais militares alemães. O major enalteceu a emenda ao orçamento de guerra proposta pelo deputado Nabuco de Gouveia, a qual recomendava a ida de oito oficiais da cavalaria, anualmente, para treinamento na Escola de Saumur, na França. Bitencourt (1913) legitimava a emenda e criticava o envio de oficiais brasileiros para a Alemanha.

O major reiterava que a Escola de Saumur criaria perfeitos cavalheiros e chefes para a cavalaria brasileira e, em tempos de guerra, seriam essenciais, pois, como já havia dito Clausewitz, “in war good cavalry makes a general master of the campaign.” (BITENCOURT, 1913, p. 2).¹¹ Não obstante citar Clausewitz, Bitencourt (1913) convictamente repudiava o treinamento de oficiais brasileiros junto ao Exército alemão:

Ordinariamente combate-se, por duvidosa, a prática em exércitos estrangeiros, mormente quando os candidatos, como em o Brasil, sem prévio exame. Mas isso para a Alemanha especialmente: por ali, língua, raça, hábitos, costumes, tradições, exigências, tudo, enfim, nos é diverso, estranhável e incômodo. Para a França, porém, a questão muda inteiramente de figura. A nossa educação é toda ela francesa; franceses os livros que estudamos, as doutrinas que aprendemos, as teorias de que necessitamos. E, como a língua francesa não nos é estranha, grandes então os louros a haurir, trocando de vez a Alemanha pela França, no preparo consciente de nosso exército [...] (BITENCOURT, 1913, p. 2).

No artigo “Escola alemã”, de 10 de dezembro de 1913, na revista *A Defesa Nacional*, o capitão César Augusto Parga Rodrigues, um dos Jovens Turcos, rebateu o texto publicado pelo major Liberato, no jornal *O Paiz*:

165

D’entre os ataques que de algum tempo para cá vem sofrendo a chamada “escola alemã” é sem dúvida dos mais curiosos o que se lê em *O Paiz* de 6 do passado, com a epígrafe *Sobre a Escola de Saumur*. Não tivéssemos, porém, encontrado ali uma referência ao comentário do nosso primeiro número sobre *O arreamento para a cavalaria*, a qual o seu autor aproveita para uma alfinetada, chamando-nos de *jornal prussiano*, mais uma vez o ardoroso escritor militar não seria contrariado no seu amor pela França.

Continua:

Antes de falarmos em escolas de equitação, que, pelo título, o artigo deu-nos a ilusão de ser seu assunto principal, seja-nos permitido estranhar que tão apaixonado apologista das teorias francesas comece, *n’um artigo pró França, por uma citação de Clausewitz, em inglês*. E depois, em sua argumentação, diz: *são franceses os livros que estudamos, as doutrinas que aprendemos e as teorias que necessitamos*.

Toda vez que ouvimos ou lemos afirmações da natureza desta, lembramo-nos logo da “*Nation armée*”, da “*Theorie de la grande guerre*”¹² e de outras traduções em francês que nos eram familiares na escola; e nosso espírito leva-nos, sem malícia alguma, a perguntar ao Sr. Major Liberato se a doutrina e teoria francesas compreendem tudo o que está traduzido para essa língua, que pretendemos manejar tão bem. Tínhamos também, diante disso, desejo que nos dissessem quais os livros genuinamente franceses adotados no jogo da guerra da IX Região de Inspeção. (RODRIGUES, 1913, p. 101).

Já no texto “Notas sobre a Cavallaria — A Escola de Saumur”, em *O Paiz*, 11 de janeiro de 1914, um tenente de cavalaria, sob o pseudônimo de “Paná”, levantava críticas ao capitão Rodrigues, por se deixar induzir pelo êxtase alemão e, assim, desconsiderar o valor da inteligência e do bom senso das palavras do major Liberato. “Paná” mencionou o fato de o capitão Rodrigues se intrigar com a citação de Clausewitz por um defensor dos métodos franceses, e rebateu:

Assim é que o brilhante adepto da escola alemã principia estranhando que o Sr. major Liberato comece *num artigo pró França, por uma citação de Clausewitz, em inglês*...

Ora, isto é atribuir ao Sr. major Liberato um *parti pris* acanhado, só filho da paixão que domina o espírito do escritor da *A Defesa* por isso que o que é, realmente de estranhar, é a estranheza manifestada! Então porque alguém prefere os métodos da escola de Saumur, deve-se concluir que todos os alemães são ignorantes e que Clausewitz não é uma autoridade em assuntos militares? Se se admitir que a instrução alemã é superior a francesa, segue-se, logicamente que não haja um só oficial que seja autoridade no assunto?

Quando os alemães traduzem obras francesas, querem significar que a instrução francesa é superior a alemã, ou querem, apenas, vulgarizar opiniões boas de um escritor que, embora francês, escreve certo sobre o assunto?

Onde, pois, o motivo da estranheza, por ter o Sr. major Liberato citado Clausewitz? É evidente que no espírito apaixonado do escritor da *A Defesa*. (PANÁ, 1914a, p. 8).

“Paná” corroborou a exposição do major Liberato de que os livros estudados nas instituições militares brasileiras eram, preponderantemente, provenientes da França ou traduzidos do idioma alemão para o francês: “Conheço bem as duas ótimas bibliotecas dos dois regimentos desta capital, e, como na escola, nelas também estão em maioria os

autores franceses; e, seja dito de passagem, os livros dos autores alemães que ali existem, são traduzidos em ... francês!" (PANÁ, 1914a, p. 8). Com isso, e também considerando o texto do capitão Rodrigues, é plausível levantar a hipótese de que as primeiras leituras de Clausewitz, no Brasil, tenham sido feitas em francês.¹³

166

No artigo "O Grande Estado Maior e o Alto Comando do Exército", publicado na revista *A Defesa Nacional*, 10 de dezembro de 1913, o primeiro-tenente Joaquim de Souza Reis, também um Jovem Turco, criticava a submissão do Estado-Maior ao Ministério da Guerra; a seu ver, o Alto Comando do Exército não deveria ser responsabilidade do ministro da Guerra e sim do chefe do Estado-Maior. Na sua perspectiva, o ideal para uma boa organização do Alto Comando é que tivesse uma estrutura inalterável em tempos de paz ou de guerra. Nessa direção, o chefe do Estado-Maior seria o indicado para o posto.

Já o titular da pasta da Guerra, quando esta fosse declarada, "ficará na capital da República ou seguirá com o Grande Quartel General sem nenhuma intervenção nas operações militares, mas pronto a abastecer e reabastecer o exército do pessoal e material necessário a completa execução das mesmas." (REIS, 1913, p. 68).

O Estado-Maior, como construído na Prússia, constituía o padrão a ser adotado pelo Exército brasileiro. Reis (1913) sublinha o papel de Clausewitz no processo de desenvolvimento do Estado-Maior da Prússia:

A doutrina militar que Clausewitz evangelizou foi pouco a pouco se infiltrando nos espíritos à medida que desapareciam as "velhas excelências", como Möllendorf, que declarava a margem de um projeto sobre a organização de uma milícia territorial:
"Das ist für mich zu hoch!" (REIS, 1913, p. 70).

Clausewitz é preconizado por Reis (1913) como o "evangelizador da doutrina militar", responsável por renovar o Estado-Maior da Prússia, no entanto, tal como os outros textos expostos até aqui, não abordou nenhum conceito da teoria desenvolvida pelo general prussiano.

Voltando ao Brasil, Reis (1913) tratou sobre a reforma do Exército, uma das bandeiras levantadas pelos Jovens Turcos, indicando o imperativo de as instituições militares se organizarem e se prepararem para a guerra. No processo de desenvolvimento da ideia de profissionalização, reorganização e modernização do Exército, o general prussiano esteve em "alta", especialmente entre os Jovens Turcos, de modo a evidenciar a superioridade da doutrina militar dos alemães e granjear a vinda de uma missão germânica para instruir a Força Terrestre. Contudo, praticamente nenhuma consideração à teoria do prussiano se desenvolveu nos textos discutidos, levando a questionar os porquês de citações incipientes de Clausewitz, nas primeiras edições d'*A Defesa Nacional*. Uma das causas pode ser a barreira do idioma, pois, como lembrou Carvalho (1961), em *Memórias de um Soldado Legalista*, poucos oficiais brasileiros enviados à Alemanha tinham domínio da língua alemã, sendo que outros poucos compreendiam o francês. Outra razão pode ser o empenho do grupo nas práticas militares, já que a observação d'*A Defesa Nacional*, sobretudo em seus anos iniciais, leva à constatação da ênfase dada às técnicas militares, com o intuito de provocar a imersão do oficial em sua profissão e distanciá-lo das ações político-partidárias.

I Guerra Mundial

No cenário da I Guerra Mundial, diversos textos traziam Clausewitz como o teórico das truculências perpetradas pelo Exército alemão. No artigo "Para a História, a Alemanha no

Pelourinho! ” (O Paiz, 18 de dezembro de 1914), o procedimento dos alemães na guerra é censurado por sua crueldade, e a França é convocada para impedir o avanço da barbárie:

167

Os soldados alemães entregam-se, na Bélgica, na França, na Sérvia, por ordem dos oficiais alemães e das autoridades prussianas, as mais abomináveis crueldades que a história já registrou — O mundo civilizado inteiro se levanta contra a barbaria austro-alemã, provocada, animada pelo militarismo prussiano — A humanidade confia na França. (O PAIZ, 1914, p. 2).

Duas ideias sobre a origem e o desenvolvimento das lutas, na Europa, são elencadas no texto: “o orgulho da Alemanha em conquistar novos territórios e subjugar os povos que lá vivem e, selvageria latente das raças germânicas [...] selvageria essa que aparece nas horas de crise transformando então a Alemanha guerreira em uma nação fora da humanidade e da civilização.” (O PAIZ, 1914, p. 2). Os intelectuais alemães constatariam essa propensão à brutalidade: “Ninguém se descreve tão bem como a própria pessoa. Demos a palavra a alemães, para deixá-los expor os seus projetos de conquista e o seu desprezo pela conquista de regras de moral comumente admitidas pelos outros povos.” E conclui:

O que chamam do outro lado do Reno o imortal Clausewitz protesta contra todo o respeito ao direito das gentes durante uma guerra:

“A guerra só conhece um meio: a força. Não há outro: é a destruição, os ferimentos, a morte, e esse emprego da força bruta é a regra absoluta. Quanto a esse direito das gentes, de que têm a boca cheia os nossos advogados, ele só impõe ao fim e ao direito da guerra restrições insignificantes, ou antes, nulas. Na guerra, toda ideia de filantropia é um erro, um absurdo pernicioso. A violência, a brutalidade do combate, não comportam nenhuma espécie de limite.” (O PAIZ, 1914, p. 2).

Não muito distante da ideia do texto precedente, “Os alemães cultivam oficialmente a crueldade e desdenham do sentimentalismo latino: um serviço de incendiários organizados” (A Noite, 26 de novembro de 1915), escrito por Medeiros e Albuquerque, jornalista, escritor, político e também tenente-coronel da Guarda Nacional, é salientada a crueldade dos alemães, tratando-a quase como uma característica inata desse povo.¹⁴ Mais uma vez, recorre-se aos próprios escritores militares prussianos, que

[...] dizem isso mesmo, de um modo claro, positivo, frisante. Evidentemente, ninguém espera achar na guerra uma distração frívola e elegante. Os oficiais do Kaiser têm o hábito de dizer — é um provérbio militar — que a guerra não é um *five-o-clock tea*. Ninguém poderia pedir-lhe tão extrema brandura. Mas para isso não precisa chegar ao extremo oposto. (MEDEIROS E ALBUQUERQUE, 1915, p. 1).

O articulista ainda enfatiza o papel da guerra para os povos civilizados. Em suas palavras:

Os povos civilizados acham que a guerra é um recurso supremo, de que eles podem ser obrigados a lançar mão; mas durante a qual devem empregar o mínimo de brutalidade possível; só o que for imediatamente necessário para alcançar a vitória. Esse mínimo lhes parece já de si tão monstruoso, que eles procuram não ultrapassá-lo (MEDEIROS E ALBUQUERQUE, 1915, p. 1).

Ao que conclui:

Os alemães têm uma concepção diferente.

Para prová-lo, basta citar a autoridade militar mais prezada pelos alemães, o autor que se estuda em todas as escolas militares, o mestre dos mestres, Clausewitz. Ele diz serenamente: “Na guerra toda ideia de filantropia é um absurdo pernicioso. A violência, a brutalidade do combate, não comportam nenhuma espécie de limite”.

Clausewitz diz isto de dez, de cem maneiras diferentes. É por assim dizer o princípio diretor do seu ensino. Ora, é esse ensino que afeiçoou o espírito do exército alemão.

Haverá, entretanto, quem suponha que os oficiais do exército germânico se limitam a aprender nas obras clássicas de Clausewitz os princípios de tática, deixando de lado essas opiniões pessoais do seu autor mais estimado?

Seria uma ilusão. Em primeiro lugar, Clausewitz não diz aquelas coisas ferozes, por amor a barbárie. Ele as considera princípios de boa tática. O seu princípio essencial é que acima de tudo, convém meter medo, aterrorizar o inimigo, enchê-lo de um tal pavor, que o force a pedir misericórdia. [...] Clausewitz e os seus dóceis seguidores também só aspiram a uma coisa: extrair a vitória de todos os horrores que eles acumulam. (MEDEIROS E ALBUQUERQUE, 1915, p. 1).

168

Clausewitz é duas vezes aludido como o teórico da ideia de destruição do inimigo, da guerra sem limites, e também como um dos mentores das crueldades praticadas pela Alemanha, na I Guerra. Como notado, os dois últimos textos considerados trazem praticamente a mesma citação de Clausewitz.

Na conferência pronunciada por Ruy Barbosa, célebre intelectual e político brasileiro, e à época presidente da Liga pelos Aliados, publicada no dia 17 de março de 1917, no jornal *O Imparcial*, a Alemanha é tida como culpada pelas barbaridades vistas no *front* de batalha, Clausewitz é o “patriarca da brutalidade armada”, levando a guerra ao absoluto, nas palavras de Barbosa (1917)¹⁵

O princípio supremo neste assunto, segundo os oráculos da política militar naquele país, é que a guerra senhoreia todas as leis. O Aristóteles da ciência desses renovadores da natureza humana é Clausewitz, o patriarca da seita da brutalidade armada: e Clausewitz nos declara que “não se pode, [...], introduzir um princípio de moderação na filosofia da guerra”. “Enquanto eu não venço o inimigo”, diz ele, “o que domina tudo é o receio de que o inimigo me vença”. “Não está nas minhas mãos. É uma lei que ele me impõe a mim, como eu a ele, uma ação de parte a parte, “que arrasta a guerra para o absoluto” (“Von Kriege”, v. 1, pags. 6 - 7). (BARBOSA, 1917, p. 4).

Tratando sobre a questão da invasão da Bélgica pela Alemanha e o rompimento de convenções internacionais (já que a Bélgica havia declarado neutralidade), Ruy Barbosa (1917) também viu na obra de Clausewitz, *Da Guerra*, a origem para a concepção de que a necessidade é a lei inevitável da guerra:

O princípio, insondável nas suas consequências horrorosas, de que a necessidade é a lei inelutável, e lei suprema, a lei divina da guerra, são acaso os ministros de Guilherme II, os seus juristas, os seus generais os que o inventaram? Não. Há cerca de noventa anos que o proclamou Clausewitz, o pai da tradição militar alemã, cuja grande obra “Von Kriege”, data do primeiro quartel do século passado. Há quarenta anos que Hartmann o formulava, respondendo a “Codificação das Leis da Guerra”, que Bluntschli acabava de escrever, por incumbência do Instituto de Direito Internacional. Quase quarenta anos há, igualmente, que a canonizava Moltke, escrevendo a Hartmann: “Quem quer que conheça a guerra, há de pensar, como vós, que não é possível ditar normas limitativas a guerra”. (BARBOSA, 1917, p. 4).

No dia 23 de maio de 1917, o *Jornal do Commercio* publicou “A Guerra Europeia e o Dever Americano”, a mensagem do presidente da República brasileira Venceslau Brás (1914-1918) ao Congresso Nacional, abordando a conjuntura internacional e a entrada dos Estados Unidos da América na guerra contra os países do Eixo. O presidente considerava que a participação dos Estados Unidos na guerra levava o Brasil a tomar uma “atitude franca e decisiva”, visto que brasileiros e estadunidenses eram países integrantes do

continente americano e estavam “ligados por uma tradicional amizade e pelo mesmo pensamento político na defesa dos interesses vitais da América e dos princípios de direito internacional.” O mandatário indicava ao Legislativo “medidas especiais que facilitem a ação dos nossos amigos da América do Norte na sua guerra pela liberdade contra o fanatismo imperialista dos dirigentes da Alemanha.” (BRÁS, 1917, p. 3). O presidente da República continuava seu raciocínio, ressaltando que não era esperado que o continente americano, “o nosso calmo continente da paz e da arbitragem”, tivesse problemas com a guerra europeia, no entanto, “a brutalidade da agressão alemã desorientou todos os espíritos.” A seu ver, “os métodos germânicos não variaram”, apenas “evoluíram e foram crescendo de crueldade”, e Clausewitz seria o responsável: “Como escusa, os dirigentes alemães se apoiavam num postulado de Clausewitz, de que a guerra mais humana é mais rápida, e, portanto, tanto maior crueldade melhor, porque só assim os inimigos cederiam.” (BRÁS, 1917, p. 3).

Nesse contexto, o presidente da República pediu ao Congresso que tomasse as providências corretas no cenário de guerra e, ainda mais com o torpedeamento de um vapor brasileiro, era impossível manter a neutralidade. Assim, cabia ao Congresso usar medidas de precaução, por exemplo, represálias econômicas. Diante dos bárbaros processos praticados pelos alemães, só duas atitudes eram possíveis: “a cooperação com a causa da liberdade e da justiça ou a humilhação”, cabendo ao Congresso escolher o caminho (BRÁS, 1917, p. 3).

No Brasil do tempo da I Guerra, Clausewitz conquistou o posto de teórico da brutalidade, da guerra sem limite, da tendência ao absoluto, mentor das barbáries – eis pelo menos o tipo de leitura localizada nos jornais da época analisados nesta pesquisa. Ruy Barbosa até mesmo traz a referência da obra e páginas citadas, no caso, *Da Guerra*, com destaque para o conceito de guerra absoluta. Como visto, o presidente, para convocar o Congresso Nacional a se posicionar sobre o estado de guerra e justificar uma união com os Estados Unidos da América, mencionou Clausewitz como o mentor intelectual da conduta violenta da Alemanha. Medeiros e Albuquerque conserva a mesma linha de leitura: Clausewitz tem como princípio “meter medo, aterrorizar o inimigo, enchê-lo de um tal pavor, que o force a pedir misericórdia.”

O Contestado: Clausewitz por Setembrino de Carvalho

Fernando Setembrino de Carvalho iniciou sua carreira no Exército brasileiro no ano de 1877, na cidade de Porto Alegre. Anos depois, mais precisamente no ano de 1883, mudou-se para o Rio de Janeiro e ingressou na Escola Militar da Praia Vermelha, concluindo, no ano de 1884, o curso de engenharia militar e o bacharelado em matemática e ciências físicas. Retornou para o Rio Grande do Sul, no ano de 1885, e lá permaneceu até 1910, quando foi requisitado para assumir a chefia de gabinete do ministro da Guerra, o general Mena Barreto, no ano de 1911. Setembrino de Carvalho se destacava em seus serviços e cada vez mais conquistava espaço e posições dentro do Exército, recebendo, no ano de 1914, o comando das ações militares de repressão aos “fanáticos”¹⁶ do Contestado.¹⁷

Com a missão de eliminar a Revolta do Contestado, Setembrino elaborou um plano, a seu ver, apto a dismantlar de uma vez por todas os “fanáticos rebeldes”. Expôs sua ideia de cerco ao inimigo ao novo ministro da Guerra, José Caetano de Faria, e revelou: “a operação não é original, nem nova. Segui, *mutatis* levemente *mutandis*, os conselhos de Clausewitz.” (CARVALHO, 1915, p. 122).

Muitos anos passados dessa declaração, no livro *Memórias: dados para a história do Brasil* (1950), Setembrino novamente se debruçou sobre as suas impressões e feitos na Guerra do Contestado. Damos destaque, para os fins deste artigo, a sua admiração por Clausewitz e suas ideias. Sobre os combates na guerra, ele expôs:

170

As circunstâncias de tempo e espaço me constringiam à utilização de todos os recursos para a prestação dos preliminares operativos. Além disso, o ilustre Governador do Paraná, de quem recebi sempre o mais valioso auxílio, tinha à minha disposição colocado o Regimento de Segurança do Estado, que conquistou aplausos das forças do Exército, ao lado das quais combateu, pela sua eficaz cooperação (CARVALHO, 1950, p. 144).

É nesse quadro que se referiu aos ensinamentos presentes em Da Guerra:

Clausewitz, na sua assombrosa concepção da teoria da guerra, nos ensina que são os combates que decidem em última instância, e que só pelos seus efeitos podemos realizar o aniquilamento das forças armadas, e a ruína total do poder do inimigo, quer esses combates tenham realmente lugar, ou que, sendo oferecidos, hajam sido recusados pelo adversário. E estarei o princípio de que os combates tornados possíveis, devem, pelas consequências, ser considerados como combates reais (CARVALHO, 1950, p. 144).

Exemplifica, dizendo: “Quando enviamos uma parte de nossas tropas a cortar a retirada do inimigo em fuga e que, este, sem combater depõe as armas, é claro que só o temor pelo combate, que lhe oferecemos assim, determinou-lhe esta conduta.” (CARVALHO, 1950, p. 144). E completava:

Do mesmo modo quando para privar o inimigo dos recursos de toda sorte que poderia retirar de uma província por ele abandonada sem defesa, fazemo-la ocupar por forças nossas, se o inimigo consente em continuarmos de posse não é evidentemente senão porque não ousa afrontar o combate que lhe seria necessário dar para nos expelir. Em um como em outro caso atingimos ao nosso fim, a só probabilidade de combate teve suas consequências. (CARVALHO, 1950, p. 144-145).

Para o general brasileiro:

Tão fecundos ensinamentos do genial Mestre consorciavam-se inteiramente com o meu sentir, em relação a esta guerra, pois, se eu aspirava sair dignamente da empresa, não desejava, entretanto, que uma só gota de sangue dos meus patrícios fosse derramada naquelas opulentas terras. Na aplicação do princípio eu procurei, antes de tudo, buscar o sucesso, o triunfo da causa legal. (CARVALHO, 1950, p. 145).

Setembrino adicionava:

Por uma sólida e bem articulada organização das linhas que, restringindo o teatro de operações, cortariam a liberdade de ação do inimigo, eu atentava contra a sua existência, subtraindo-lhe os recursos de todo gênero, cuja procedência era ignorada, mas que sabíamos positivamente receber. Oferecendo ao adversário o espetáculo de uma força perfeitamente aparelhada, com aptidão necessária para enfrentá-lo, o que anteriormente jamais havia êle presenciado, contava inspirar-lhe o terror, abalar-lhe profundamente o moral para impôr-lhe a minha vontade. Tal dispositivo seria considerado como predisposições para o ataque, e daí a deposição das armas. Esposando a opinião do mestre, eu me achava muito esperançoso sobre o resultado da maneira de agir. Tal concepção, para atingi-la, não continha exclusivamente a ideia de uma ostentação do poder material das minhas tropas, não. Eu exortaria aquelas almas rudes e espíritos incultos, valendo-

me de todos os meios aproveitáveis, para renunciar uma luta, cujo desfêcho lhes seria fatalmente cruel. A ofensiva seria o recurso extremo, quando sentisse impotentes os esforços com pertinácia desenvolvidos para debelação do mal, sem as perdas de vidas de meus patrícios de ambos os partidos. (CARVALHO, 1950, p. 144-146).

171

Continuou detalhando os progressos de sua tropa e a “oportunidade” da ofensiva, quando decidiu negociar a rendição com os rebeldes e ocorreu o ataque:

O ataque efetuou-se, então, dirigido pelo Coronel Júlio Cesar. Foi uma operação difícilíssima pela situação do reduto nas concavidades das vertentes da Serra do Mirador, e que forma a linha de “Talweg” do rio Itajaí. A marcha de aproximação dos destacamentos foi penosíssima durante duas noites, e sob uma chuva inclemente, que cessou na madrugada em que, sem combate, rendeu-se o reduto, fugindo Tavares com meia dúzia de bandidos. Conseguiu, entretanto, escapar-se à perseguição pelas vantagens que lhe oferecia a topografia do terreno. As espirais do fumo de incêndio nesse antro de feras, onde um filho assassinara seu pai, onde o concubinato e incesto eram das mais dignas instituições, e Tavares possuía um serralho, mostraram o primeiro sucesso de fecundos resultados para as forças legais. (CARVALHO, 1950, p. 151).

Mais uma vez, Clausewitz é lembrado: “sua concepção revela-se aqui em toda a extensão de sua grandeza [...]”, “os combates considerados possíveis devem em razão das suas consequências ser considerados como combates reais.” (CARVALHO, 1950, p. 151).

Isto é:

Foi de surpreendentes resultados esta ação. Repercutiram em todos os redutos do sertão, abalando profundamente o ânimo dos chefes sertanejos que pressentiram a derrota. Exaltou o moral das tropas legais, e o dia da vitória final começou a raiar. Para mais de mil pessoas foram aí capturadas, conduzidas para a cidade do rio Negro a fim de serem localizadas em colônias. Dias antes da queda deste reduto três chefes revoltosos se tinham apresentado ao Comando da coluna Norte, propondo-se trazer mais de 300 pessoas, o que efetivamente se realizou.

O benévolo acolhimento que tiveram da parte da tropa uns e outros, os carinhos prodigalizados encorajaram a maioria daqueles que nos redutos permaneciam sob a ameaça dos chefes, e ainda porque estes faziam circular boatos terroristas sobre a sorte dos que procurassem amparo nas forças legais, encorajou-os de tal modo que alguns milhares de pessoas, escapando à sanha dos bandidos, vieram abrigar-se a sombra da bandeira da paz, confiantes nas garantias que lhes oferecemos, e que foram efetivadas.

Com a destruição deste primeiro reduto a 8 de janeiro de 1915 foi restabelecida a paz no território Paranaense pela eliminação, assim, do banditismo. (CARVALHO, 1950, p. 151-152).

Setembrino realça o uso do combate para a aniquilação das forças armadas do inimigo. No entanto, sabe-se que o Contestado não se constituiu em uma guerra como pensada por Clausewitz, entre Estados. Ou seja, Setembrino transpôs a teoria do general prussiano, não para aniquilar a força armada do inimigo, mas para aniquilar civis que se colocaram contra as práticas políticas, econômicas e sociais praticadas no Brasil daqueles tempos. No mais, a leitura de Setembrino não era tão distinta dos generais alemães ou franceses que diziam utilizar a teoria clausewitziana na I Guerra. Todavia, o que cabe pontuar é o emprego de *Da Guerra*, no decorrer do tempo, como um manual de instrução para operar nas mais diversas guerras, objetivo que Clausewitz criticava e não almejava para sua obra.

Longe da “prática militar”, Trompowsky se debruçou sobre a teoria clausewitziana, menos para condenar Clausewitz que para compreender suas ideias e enquadrá-las entre os grandes mestres da arte da guerra.

Trompowsky e a leitura conceitual de Clausewitz

172

No artigo “As Opiniões de Quatro Grandes Escritores Militares com Respeito a Arte da Guerra – 2º Clausewitz”, publicado no dia 19 de julho de 1909, no jornal *A Imprensa*, pelo então coronel Trompowsky, a teoria de Clausewitz é o tema principal. Nesse texto, Trompowsky (1909) destaca as principais concepções da teoria clausewitziana, a seu ver, presentes em sua obra maior, *Da Guerra*. Trompowsky (1909) basicamente estava interessado nas ideias de combate, defensiva e ofensiva. O combate seria o elemento central da teoria do general prussiano:

Para o general Prussiano, o fim principal da guerra é prostrar o adversário, e, este fim exige o emprego do máximo de forças em vista do maior esforço.
O único meio eficaz na guerra é o combate, é a coisa essencial — o objetivo principal.
O combate, diz Clausewitz, constitui toda a atividade na guerra. No combate, a destruição da força oposta é o meio de atingir o fim, quando mesmo a luta não tenha efetivamente lugar, bastando uma simples demonstração para que a decisão se verifique; pois, neste caso, o inimigo só se retira manifestamente na convicção que, se aceitasse a pugna seria inevitavelmente derrotado.
Na guerra, a destruição da força armada do adversário é, portanto, a pedra angular de todas as combinações. Falando da força armada do adversário, devemos expressamente observar que nada nos obriga a circunscrever essa ideia à força física; pelo contrário, tudo nos leva a compreender também a força moral, pela razão que essas duas forças se engrazam constantemente uma na outra até nas menores partes do ato da guerra, e que, por conseguinte, são inseparáveis.
(TROMPOWSKY, 1909, p. 6).

Trompowsky (1909) alertava sobre a necessidade de se ler a obra completa de Clausewitz, para compreendê-lo totalmente, em especial para entender a importância central da ofensiva, em sua teoria, já que muitos leitores desatentos criam que sua preferência fosse pela defensiva. Nessa direção, o coronel trouxe longas citações de Clausewitz sobre a ofensiva e a defensiva, tentando evidenciar ao seu leitor a predileção do general prussiano pela ofensiva. No entanto, é preciso frisar que Clausewitz, no Livro VI de *Da Guerra*, discutiu extensamente sobre a superioridade da defensiva. Como pode ser notado, nessa época, poucos leitores se debruçaram sobre tal ideia. Cabe dizer que Trompowsky (1909) utilizou uma versão de *Da Guerra* em francês:

“Além da destruição da força armada do adversário, os diferentes fins que se pode ter em vista atingir na guerra são fins positivos e, por conseguinte, só a ofensiva é susceptível de possuí-los”. Não é menos necessário saber como Clausewitz compreende a defensiva.

“A passividade sendo inteiramente contrária a natureza da guerra, esta definição (a resistência) só pôde se aplicar a defesa quando se considera esta num ponto de vista inteiramente geral... A resistência não pode, pois, ser senão relativa, e a defesa — modificando frequentemente a sua forma geral — deve passar no correr da ação, em primeiro lugar, da parada a resposta; depois, no correr desta última — ao ataque.

Pratica-se a defensiva num combate quando se aguarda, a pé firme, o choque do inimigo no ponto em que se está formado; numa batalha, quando se espera que o exército oposto venha afrontar as posições que se ocupa e o fogo das tropas que se comanda; numa campanha enfim, quando se aguarda a invasão do teatro da guerra que se escolheu. Até lá, a defesa não está de modo algum em contradição com a natureza da guerra, porque pode haver essa vantagem em esperar o inimigo um terreno, em posições ou em um teatro de operações cujos recursos se conhece, se estudou e se preparou de antemão. Mas desde que a resistência propriamente dita haja cumprido o seu dever, e atento a que, para manter a sua parte na direção da guerra, o defensor deve necessariamente

responder aos tiros do atacante que recebeu, produz-se logo uma ação ofensiva da parte da própria defesa. A ação defensiva comporta, pois, atos ofensivos em cada um dos seus grãos, quer ai trate de combates ou batalhas, quer das campanhas.

Numa batalha defensiva pode-se, por exemplo, empregar ofensivamente as suas divisões isoladas. Cumpre, pois, não enxergar nesta forma da guerra um escudo, e sim uma arma tão apropriada á resposta como a parada.

[...]

Uma guerra em que se visasse apenas empregar a vitória para repelir o inimigo, sem nunca atacá-lo por sua vez, seria tão insensata como uma batalha nas disposições, da qual presidiu a ideia única de uma defesa passiva absoluta. (TROMPOWSKY, 1909, p. 6).

Trompowsky (1909) viu a defensiva como uma simples variedade da ofensiva e, mais uma vez, ele buscou palavras de Clausewitz para embasar sua conclusão:

Clausewitz diz ainda:

“O caráter essencial da guerra ofensiva é a rapidez, a decisão e a continuidade de ação. É preciso haver a maior celeridade nas operações. Toda perda de tempo, todo desvio inútil acarreta uma diminuição de força e constitui, conseqüentemente, um erro estratégico”.

Na tática como na estratégia a superioridade do número é, de todos os princípios, o que confere mais geralmente a vitória, assim se exprime o general prussiano num ponto importante do estudo da guerra, e acrescenta:

“Deve-se conduzir para o ponto decisivo o maior número possível de tropas; eis o primeiro princípio estratégico”. (TROMPOWSKY, 1909, p. 6).

Trompowsky (1909) conclui seu artigo, citando mais uma vez Clausewitz, sobre a relevância do combate e da necessidade de aniquilação do inimigo:

Uma vez ganha a batalha e alcançada a vitória, cumpre, desde logo, sem nenhuma detença, sem transição, sem reflexão, sem, mesmo, tomar folego, lançar-se em perseguição do inimigo, atacá-lo por toda parte onde resista, apoderar-se da sua capital, aniquilar os seus exércitos de socorro e destruir todos os pontos de apoio da sua potência”.

Deparamos, aqui, com a noção de que uma vitória não poderia ser completa, se não fosse seguida do aniquilamento irremediável do inimigo; sem o que ela é, apenas, uma meia-medida, e não satisfaz aos fins da guerra. (TROMPOWSKY, 1909, p. 6).

Roberto Trompowsky Leitão de Almeida se dedicou ao magistério militar, no Exército brasileiro, alcançando o cargo de professor e, posteriormente, comandante da Escola Militar da Praia Vermelha, interessado principalmente no estudo da matemática, prática comum nos idos anos de 1870. Como delegado técnico na Convenção de Haia, indicado pelo Barão do Rio Branco, Trompowsky procurou estudar os progressos do ensino técnico e tático, para depois disseminá-los nas instituições educacionais do Exército.

Diversos outros artigos escritos por Trompowsky mencionavam Clausewitz e sua teoria, mas nenhum deles trabalhou, tal como este, exclusivamente com as ideias do prussiano. Nos outros textos, em sua maioria, Trompowsky citava outros teóricos militares, por meio das palavras de Clausewitz, como Napoleão e Jomini. Ou seja, Trompowsky parecia nutrir interesse pela teoria de Clausewitz, citando-o sempre que possível, em outros textos publicados nos jornais da época.

Mesmo com uma leitura não baseada em episódios históricos, preocupações institucionais ou pessoais, ou ataques a pessoas/instituições, o conceito preponderante de Clausewitz,

para Trompowsky (1909), era a ofensiva e a aniquilação do inimigo, sem espaço para outras ideias do prussiano, ou sua tese central sobre a guerra como instrumento da política de Estado.

174

Se o general Setembrino buscava uma referência teórica para justificar e legitimar suas ações no Contestado, tendendo ao uso de *Da Guerra* como um manual para guerrear, o coronel Trompowsky parecia mais empenhado em compreender a teoria clausewitziana, publicando diversos textos com citações às ideias do general prussiano e, talvez por estar mais integrado com o magistério do Exército, Trompowsky não tenha se preocupado com a possibilidade de empregar as concepções de Clausewitz em operações militares.

Considerações Finais

Clausewitz era um teórico conhecido no Brasil nas primeiras décadas do século passado. De militares a civis, o general prussiano levantou distintas leituras: de teórico da guerra amoral e violenta, ao mestre da guerra. Como notado, as críticas a teoria clausewitziana se sobressaíram no período, sobretudo em razão da I Guerra Mundial. No entanto, devem ser destacadas as particularidades entre os textos publicados nos jornais e na revista *A Defesa Nacional*. Se, nos jornais, os artigos, em sua maioria escritos por civis, tinham relação com os eventos da I Guerra Mundial e a condenação de Clausewitz pelos “horrores” praticados na guerra, no periódico militar, a leitura era mais voltada ao processo de profissionalização, sem o intento de culpá-lo por ser o mentor das ações alemãs, nos campos de batalha. No mais, a investigação mostrou como foi precoce, no Brasil, a ideia de que o general prussiano era o teórico da guerra levada aos extremos, com textos trabalhando com essa visão antes mesmo da I Guerra Mundial.

No caso do general Setembrino, a dita utilização da teoria clausewitziana, nos campos de batalha do Contestado, demonstrou a transposição de suas ideias sem considerar o seu contexto de produção e seus objetivos, um dos mal-entendidos descritos por Bourdieu (2002) sobre a recepção e a circulação de ideias internacionais, uma vez que Clausewitz direcionava seus pensamentos para a guerra entre Estados e alertava para a não utilização de sua obra como um manual de instruções para a guerra. Na direção contrária, mais preocupado em discutir as concepções do prussiano, o marechal Trompowsky publicou diversos textos voltados à compreensão das ideias clausewitzianas, sem levantar julgamentos ou impor perspectivas e problemáticas conjunturais à teoria do general prussiano.

Não se pode deixar de sublinhar a leitura de civis, como Ruy Barbosa e o presidente Venceslau Brás, caracterizando Clausewitz como o teórico responsável por guiar o Exército alemão, nos “horrores” praticados nos campos de batalha da I Guerra Mundial. Nessa conjuntura, diziam os políticos brasileiros, o Brasil deveria se unir aos Estados Unidos e combater os males disseminados pelos alemães. Ou seja, a teoria clausewitziana serviu como mais um motivo para que, no campo da política externa, o Brasil se distanciasse da Alemanha e se conciliasse aos Estados Unidos da América.

Os mal-entendidos na recepção e circulação da teoria clausewitziana, no Brasil, com a desconsideração do contexto de produção da obra e com a inserção de percepções e problemáticas próprias do contexto do leitor, não são elementos exclusivos da leitura brasileira. O caráter inacabado de *Da Guerra* pode constituir uma justificativa para esse tipo de “ruído” entre Clausewitz e seu leitor, como o próprio previu que poderia sobrevir, caso não tivesse a oportunidade de revisar todo o livro e dar uniformidade ao material

existente, pois poderia ser “considerado como um amálgama de ideias informes expostas a incessantes mal-entendidos, que suscitará uma quantidade de críticas prematuras.” Porém, o prussiano confiava que um “leitor imparcial” levaria em consideração, mesmo com seu caráter incompleto, o “fruto de longas reflexões e de vários anos de estudo assíduo da guerra.” (CLAUSEWITZ, 1979, p. 66).

175

Cabe aos leitores e estudiosos de Clausewitz, como aos leitores e estudiosos de todo e qualquer clássico, considerar as condições sociais de recepção e circulação de ideias, não só para evitar os ditos mal-entendidos e incompreensões, mas também para refletir sobre as diversas possibilidades de leituras e usos dos textos, compreendendo essas leituras como produtos possíveis de determinados contextos, pois os textos clássicos são passíveis de alteração de sentido e função, no decorrer do tempo. Nessa direção, o estudo da recepção e circulação de ideias, especialmente dos clássicos, tende a ser mais efetivo, se vinculado a uma perspectiva histórica.

(Recebido para publicação em julho de 2016)

(Reapresentado em outubro de 2017)

(Aprovado para publicação em abril de 2017)

Cite este artigo

FEREZIN, Carla Cristina Wrbieta. Clausewitz no Exército Brasileiro: o impacto das guerras e do profissionalismo militar (1889-1918). **Revista Estudos Políticos**: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF). Rio de Janeiro, Vol. 7 | N. 2, pp. 154 – 178, dezembro 2016. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>.

Notas

¹ O presente artigo é parte da tese de doutorado intitulada “A recepção e circulação da teoria clausewitziana no Exército brasileiro (1889-1959)”, sob orientação do Prof. Dr. João Roberto Martins Filho, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

² Mais detalhes biográficos de Clausewitz podem ser encontrados em Aron (1986a), Bassford (1994), Howard (1983) e Strachan (2008).

³ Guerra absoluta está no “plano teórico”, o tipo de guerra que levaria os beligerantes aos extremos da força. No “plano real”, ou seja, nas guerras reais, não há preocupação com a “lei dos extremos”: o ponto central deve ser o propósito político.

⁴ Paret (1984), distintamente de Aron (1986a), vê a evolução intelectual de Clausewitz linearmente, “desde o início ele viajou através de uma estrada em linha reta, com poucas tangentes ou interrupções” (PARET, 1984, p. 4), isto é, em sua percepção, o general prussiano tinha, desde o início de sua carreira, ainda incipiente, a importância da relação entre guerra e política.

⁵ É preciso destacar que a vertente “filosófico-político” teve sua gênese na Escola Militar da Praia Vermelha, criada no ano de 1874, como parte do plano para a renovação da instituição militar, realizada durante o governo do Visconde do Rio Branco (1871-1874).

⁶ “Turcos” fazia alusão aos jovens oficiais do Exército turco, os quais, sob inspiração direta da doutrina prussiana, constituíram um grupo para reorganizar o Exército da Turquia (LUNA, 2011). Inicialmente, os jovens oficiais brasileiros eram designados pejorativamente de “Jovens Turcos”, contudo, com o passar do tempo, a designação se transformou em um símbolo importante na campanha de modernização do Exército brasileiro (MORAES, 2004).

176

⁷ Os responsáveis pela fundação da revista foram doze oficiais reformadores do Exército. Oito foram estagiários do Exército alemão: Bertoldo Klinger, Leitão de Carvalho, Joaquim de Souza Reis, Epaminondas de Lima e Silva, César Augusto Parga Rodrigues, Euclides Figueiredo, Amaro de Azambuja Vila Nova e Francisco Jorge Pinheiro. Os outros quatro eram entusiastas da reforma do Exército: Brasília Tabora, Francisco de Paula Cidade, José Pompeo Cavalcanti de Albuquerque e Mario Clementino de Carvalho.

⁸ Como uma publicação dedicada ao processo de profissionalização do Exército, *A Defesa Nacional* era uma revista mais técnica. No entanto, não se considera o periódico, como menciona Carvalho (2006), exclusivamente técnico, pois diversas questões políticas para “transformar” o Brasil eram nele discutidas.

⁹ O debate de tais questões, principalmente sobre o serviço militar obrigatório, teve destaque principalmente com a eclosão da I Guerra Mundial (1914-1918).

¹⁰ O nome da missão buscou caracterizá-la como brasileira, em vista da discussão sobre qual missão estrangeira contratar para reformar o Exército brasileiro.

¹¹ “Na guerra, uma boa cavalaria faz um general mestre da campanha.” (tradução minha).

¹² Os livros citados são de autoria de Colmar von der Goltz e Clausewitz, ambos generais do Exército prussiano.

¹³ No dia 12 de fevereiro de 1890, localizou-se um anúncio de venda do livro de Clausewitz, em francês, edição de 1889, em um jornal gaúcho, *A Federação*.

¹⁴ Verbete biográfico consultado na plataforma do CPDOC.

¹⁵ Verbete biográfico consultado na plataforma do CPDOC.

¹⁶ “Fanáticos” é como se referiam os militares brasileiros ao povo do Contestado.

¹⁷ Verbete biográfico consultado na plataforma do CPDOC.

Referências bibliográficas

Fontes Primárias

BARBOSA, Ruy. Sr. conselheiro Ruy Barbosa no Teatro Petrópolis, em Petrópolis, aos 17 de março de 1917. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 21 mar. 1917, p. 3-5.

BITENCOURT, Liberato. Sobre a Escola de Saumur. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 6 nov. 1913, p. 2. 177

BRÁS, Venceslau. Guerra Europeia e o Dever Americano. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 23 mai. 1917, p. 3.

CARVALHO, Fernando Setembrino de. Relatório apresentado ao general José Caetano de Faria, ministro da guerra, pelo comandante das forças em operações de guerra no Contestado. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1915.

_____. *Memórias: dados para a história do Brasil*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1950.

MARINHA. *A Imprensa*, Rio de Janeiro, 24 maio 1899. Seção de Colaboração, p. 2.

MEDEIROS E ALBUQUERQUE, José Joaquim de Campos da Costa. Os alemães cultivam oficialmente a crueldade e desdenham do sentimentalismo latino – um serviço de incendiários organizado. *A Noite*, Rio de Janeiro, 26 nov. 1915, p. 1.

PANÁ. Notas sobre a Cavalaria: a Escola de Saumur. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 11 jan. 1914a, p. 8.

_____. Para a História, a Alemanha no Pelourinho. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 18 dez. 1914b, p. 2.

REIS, Joaquim de Souza Reis. O Grande Estado Maior e o alto comando do Exército. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 68-73, dez. 1913.

RODRIGUES, César Augusto Parga. Escola Alemã. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, n.3, p. 101-102, dez. 1913.

TROMPOWSKY, Roberto Leitão de Almeida. As opiniões de quatro grandes escritores militares com respeito a arte da guerra - 2º Clausewitz. *A Imprensa*, Rio de Janeiro, 19 jul. 1909. Seção de Assuntos Militares, p. 6.

Fontes Secundárias

ARON, Raymond. *Pensar a guerra, Clausewitz: a era europeia*. Brasília: Universidade de Brasília, 1986a.

_____. *Pensar a guerra, Clausewitz: a era planetária*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986b.

BOURDIEU, Pierre. Les conditions sociales de la circulation internationale des idées'. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*, v.5, n.145, p. 3-8, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República: o Poder Desestabilizador. In: *Forças Armadas e Política no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CARVALHO, Marechal Estevão Leitão de. *Memórias de um soldado legalista*. Tomo 1. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército 1961.

- CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1979. 178
- COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- HUNTINGTON, Samuel. *O Soldado e o Estado: Teoria e Política das Relações entre Cívicos e Militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.
- LUNA, Cristina Monteiro de Andrada. *O Desenvolvimento do Exército e as Relações Militares entre Brasil e Alemanha (1889-1920)*. 2011. Tese – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- MARCUSSO, Marcus Fernandes. *A Escola Militar do Realengo e a formação do oficial do Exército brasileiro (1904-1929)*. 2012. 226f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.
- McCANN, Frank. *Soldados da Pátria. História do Exército Brasileiro, 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MORAES, Márcia. *Jovens Turcos: militarismo e nacionalismo. Uma leitura da revista A Defesa Nacional*. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciência, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. Exército e Estado no Brasil Imperial. *Perspectivas – Revista de Ciências Sociais*, v. 2, p. 75-96, 1977.
- PARET, Peter. A Gênese de Da Guerra. In: *On War*. Tradução de Michael Howard e Peter Paret, Princeton: Princeton University Press, 1984.
- TREVISAN, Leonardo. *Obsessões Patrióticas: origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011.

Web-site

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil: <<http://cpdoc.fgv.br/>>.

Hemeroteca Digital: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>